

# **Proteção dos direitos da criança na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.**

Marcella Meireles de Andrade  
Email: marcellameireles1@gmail.com

Muitas discussões são feitas atualmente no meio acadêmico, na imprensa e no cenário político internacional a respeito das migrações, tendo como resultado preconceitos direcionados a refugiados no país de destino e as crianças são as que mais sofrem. Por isso, é preciso coletar, analisar e classificar dados, para relacionar os efeitos de ações de indivíduos e os seus valores culturais na construção dessas relações. Aqui, a problemática da linguagem e idioma como uma possível explicação para a situação de desigualdade vivida pelas crianças, será o principal aspecto avaliado, o que mostra a relevância de Um dos oito Objetivos do Desenvolvimento do Milênio que é a Educação Básica de Qualidade Para Todos.

## **Educação como possível solução**

Um exemplo claro está no Brasil: De acordo com o CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados), o país possui (até abril de 2016) 8.863 refugiados reconhecidos, de 79 nacionalidades distintas.

Patarra (2006) diz que as migrações podem gerar exclusão e, para isso não ocorrer, é preciso que existam políticas assistenciais aos imigrantes, definindo e delineando quais serão os beneficiados. A autora fala da importância dos direitos humanos, que promovem acordos com instituições para poderem conquistar direitos políticos, sociais e econômicos desses grupos que estão contribuindo diretamente para as transformações demográficas.

É necessário considerar as motivações que levaram à emigração (individual ou coletivo; financeiro ou econômico; guerra; fome; trabalho; comércio; cultura). Os movimentos migratórios na maior parte dos casos acabam por gerar conflitos.

Para que existam soluções reais, é preciso considerar a opinião dos principais atores, assim será necessário realizar entrevistas feitas com os migrantes, acadêmicos especialistas no tema, jornalistas, professores e pedagogos, psicólogos, líderes e voluntários de ONGs, agentes da Polícia Federal.

"Diversidade étnica, racismo, multiculturalismo são temas que devem ser tratados de forma conjunta com efeito da distribuição entre a população receptora e a população imigrante, frequentemente visto como estrangeiro, ou quase cidadão." (PATARRA, 2006, p.12).

É por isso, que as seguintes formas de laços sociais devem ser criadas para evitar discriminação, através do ensino do idioma do país receptor:

1) escolas, universidades e ONGs como espaços a serem usados, pois possuem infraestrutura para tais atividades; 2) escolas públicas preparadas para receber crianças refugiadas possibilitando a inclusão por meio do convívio; 3) capacitação e atualização de professores para lidar com a questão; 4) mais disponibilidade de recursos e verbas do governo para instituições e ONGs que já realizam essas atividades. 5) mídias digitais usadas como ferramentas educacionais (introduzindo esses grupos à cultura, com filmes, músicas, teatro, etc.); 6) participação de imigrantes já instalados e adaptados no auxílio no ensino aos recém-chegados; 7) participação de voluntários nativos, captando recursos financeiros, materiais didáticos, traduzindo livros, etc.

## **Conclusão**

A esperança do acolhimento muitas vezes dá lugar ao desprezo e ao preconceito, transformando o lugar desfavorável a um possível recomeço. Evidentemente, essa realidade deve ser alvo de estudos para que as causas e efeitos sejam transformados em políticas-chaves específicas para esses fatos, o que contribuirá em uma sociedade mais justa e igualitária.

Em suma, em longo prazo os países devem partilhar a implementação de estratégias relevantes para que seus cidadãos e também os imigrantes, especialmente as crianças, possam usufruir de todos os direitos humanos, políticos, sociais, culturais.

O Estado tem a responsabilidade de regulamentar as relações sociais (é uma centralização política em nome do bem-estar social).

Enumerar e considerar as perspectivas tanto de um grupo quanto de outro é essencial para que assim possam estudar os precedentes, na tentativa de criar uma espécie de revitalização nas relações entre eles.

E assim fica claro que: "O estudo sociológico da comunicação relegou discursos linguísticos a linguistas e demarcou o comportamento não verbal como seu domínio exclusivo. Queremos dizer que é necessário um esforço maior para formular uma teoria que integre comportamentos verbal e não verbal." (SCOTT; LYMAN, 2008, p.165)

É preciso levar em conta os princípios democráticos e para isso, eles devem fazer parte do consciente dos cidadãos (e não somente de políticos e acadêmicos).

A solução pode ocorrer através de programas de assistência e proteção realizados por meio do Estado.

### Referências Bibliográficas

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. *Estud. av.*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 7-24, ago. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142006000200002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 16 jan. 2016.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142006000200002>.

SITE OFICIAL DA ACNUR. Dados sobre refúgio no Brasil: Balanço até abril de 2016.

Disponível em: < <http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>> Acessos em 24 set. 2016

SCOTT, Marvin B. [e] LYMAN, Stanford M. (2008 [1968]), “Accounts”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 1, n. 2, pp. 139-172.